

inovarautismo.

2026

IMPULSIONANDO DIREITOS, TRANSFORMANDO VIDAS (IDTV)

Impulsionando Direitos, Transformando Vidas

Índice

- 4 Programa de ações de sensibilização e capacitação
- 4 **Fundamentação**
- 6 **Objetivos e Fases de Implementação**
- 7 **Metodologia**
- 8 **Operacionalização das Ações**
- 9 **Tipologia A**
- 9 A1 - Promoção dos Direitos das Pessoas com deficiência
- 11 **Tipologia B**
- 11 B1 - Sistema de direitos das Pessoas com deficiência
- 13 B2 - Intervenção centrada na pessoa no contexto de Autismo
- 14 B3 - Regime jurídico do maior acompanhado
- 15 B4 - Autonomia e vida independente no autismo
- 17 B5 - *Self advocacy* e autorrepresentação
- 18 B6 - Promoção da qualidade de vida das Pessoas com deficiência
- 19 B7 - Mediação Individualizada para a Inclusão
- 20 **Tipologia C**
- 20 C1 - A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência
- 21 C2 - Acessibilidade para a inclusão
- 22 C3 - Acessibilidade no ambiente construído
- 23 C4 - Acessibilidade digital
- 24 C5 - Acessibilidade à informação e comunicação
- 26 C6 - Atendimento Inclusivo
- 27 C7 - Linguagem e comunicação inclusiva

- 28** C8 - Capacitismo – desconstruindo estereótipos
- 29** C9 - Mediação para a inclusão
- 30** C10 - Mediação familiar
- 31** C11 - Mediação escolar
- 32** C12 - Mediação laboral e *job tutor*
- 33** C13 - Planos Individuais de Transição
- 35** C14 - Empregar Pessoas com deficiência – vantagens, condições e recursos
- 36** C15 - Vieses inconscientes e microagressões em ambientes corporativos
- 37** C16 - Planos organizacionais para a inclusão
- 38** C17 - Gestão por competências e desenvolvimento profissional de Pessoas com deficiência
- 39** C18 - Planos locais para a cidadania e inclusão
- 40** C19 - Conceção e avaliação de projetos inclusivos
- 42** C20 - Promoção do voluntariado mais inclusivo
- 43** C21 - Participação, representatividade e acessibilidades em projetos e equipamentos culturais
- 45** C22 - Afetos e sexualidade: diálogo aberto para a promoção dos direitos
- 46** C23 - Prevenção da violência contra Pessoas com deficiência
- 48** C24 - Medidas de autoproteção em situação de emergência

Programa de ações de sensibilização e capacitação

O presente projeto visa a elaboração de uma candidatura ao concurso público **Programa para a Inclusão e Cidadania (PIC)**. Este programa pretende, através de ações de sensibilização e capacitação dirigidas a públicos estratégicos, promover na sociedade portuguesa a inclusão e o exercício pleno da cidadania das pessoas com deficiência.

Fundamentação

A escolha metodológica para o desenvolvimento de um programa de ações de capacitação e sensibilização para a inclusão, com foco específico no autismo, assenta num quadro normativo, ético e estratégico de direitos humanos, consagrado na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), ratificada por Portugal em 2009. Este instrumento internacional vincula juridicamente os Estados Partes a garantir e promover os direitos das pessoas com deficiência, reconhecendo o seu direito à autodeterminação, participação plena e inclusão em todas as áreas da vida e da sociedade.

A metodologia adotada parte do modelo relacional e biopsicossocial da deficiência, que desloca o foco da limitação individual para a interação entre a pessoa e as barreiras existentes no meio, sejam elas físicas, comunicacionais, atitudinais ou sociais. Neste sentido, a promoção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva implica ações estratégicas de sensibilização e capacitação, com impacto na mudança de atitudes, práticas profissionais e estruturas institucionais.

Em particular, o artigo 8.º da CDPD estabelece o dever dos Estados em promover programas de sensibilização sobre os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência, destacando a importância da eliminação de preconceitos e da valorização das capacidades individuais. A metodologia do programa proposto responde a este imperativo, ao procurar:

- Promover o conhecimento e a compreensão do autismo, nas suas múltiplas expressões, como parte da diversidade humana;
- Desconstruir estigmas e preconceitos associados ao espectro do autismo, muitas vezes enraizados na sociedade e refletidos nas práticas institucionais;
- Capacitar os diferentes públicos-alvo (profissionais, famílias, pessoas com e sem deficiência e comunidade em geral) para a adoção de abordagens inclusivas, individualizadas e centradas na pessoa;
- Incluir as próprias pessoas autistas e promover o seu empowerment como participantes ativos no processo, reconhecendo o seu papel como agentes de transformação social.

A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021–2025, os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência são pilares fundamentais que norteiam, desde sempre, a atuação da Inovar Autismo, mas que também devem ser considerados orientadores para qualquer ação formativa que vise promover a cidadania e a inclusão. Reunir estes três instrumentos permite construir uma base sólida e coerente para uma formação que traduza, na prática, os princípios de igualdade, acessibilidade e participação plena das pessoas com deficiência. A articulação entre estes documentos garante uma abordagem abrangente – alinhando políticas nacionais, compromissos internacionais e metas globais de desenvolvimento sustentável – e reforça a necessidade de capacitar os públicos estratégicos que atuam diretamente na concretização dos direitos das pessoas com deficiência.

A Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021–2025 (ENIPD) reforça esta linha de atuação, destacando a capacitação e sensibilização como instrumentos fundamentais para a transformação social e melhoria das respostas educativas, sociais e profissionais. Ao mesmo tempo, articula-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, assumindo uma perspectiva transversal de justiça social, igualdade e cidadania. Coincidentemente, a metodologia do programa assenta em princípios orientadores como:

- Participação ativa e representativa das pessoas com deficiência, em especial das pessoas com autismo;
- Intersetorialidade, envolvendo os diferentes contextos de vida – educação, saúde, emprego, cultura, justiça, entre outros;
- Flexibilidade e adaptabilidade, reconhecendo as características específicas de cada território, instituição e grupo-alvo;
- Base empírica e científica, integrando evidências atualizadas sobre práticas inclusivas e estratégias de apoio eficazes;
- Ação-reflexão-ação, promovendo ciclos contínuos de aprendizagem e transformação.

Ao operacionalizar estas ações, pretende-se não apenas aumentar o nível de conhecimento técnico sobre o autismo, mas também fomentar uma consciência coletiva capaz de reconhecer e valorizar a diferença, criando ambientes mais acessíveis, empáticos e inclusivos.

A estrutura apresentada é organizada pelas Tipologias A, B e C e reflete uma abordagem sistemática à capacitação para a cidadania e inclusão das pessoas com deficiência. Cada tipologia agrupa áreas temáticas específicas onde, para cada ação, apresenta-se a especificação do ODS (1. Erradicar a pobreza; 2. Erradicar a fome; 3. Saúde de qualidade; 4. Educação de qualidade;

5. Igualdade de género; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho digno e crescimento económico; 9. Indústria, inovação e infraestruturas; 10. Reduzir as desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação climática; 14. Proteger a vida marinha; 15. Proteger a vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; 17. Parcerias para a implementação dos objetivos) e do eixo da ENPID (EIXO I. CIDADANIA, IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO; EIXO II. PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE INCLUSIVO; EIXO III. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO; EIXO IV. TRABALHO, EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL; EIXO V. PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E VIDA INDEPENDENTE; EIXO VI. MEDIDAS, SERVIÇOS E APOIOS SOCIAIS; EIXO VII. CULTURA, DESPORTO, TURISMO E LAZER; EIXO VIII. CONHECIMENTO, INVESTIGAÇÃO e INOVAÇÃO).

Em suma, a opção metodológica adotada não se limita à transmissão de conteúdos, mas visa a criação de uma cultura de inclusão, coerente com os compromissos nacionais e internacionais assumidos por Portugal, promovendo a equidade, o respeito pela diversidade e o pleno exercício de cidadania das pessoas autistas.

Objetivos e Fases de Implementação

O projeto “Impulsionando Direitos, Transformando Vidas” (IDTV) pretende desenvolver na Região Norte, Centro, Algarve, Alentejo e na Área Metropolitana de Lisboa 32 ações de sensibilização e capacitação dirigidas a públicos estratégicos com os seguintes objetivos:

- Promover na sociedade portuguesa a inclusão e o exercício pleno da cidadania das Pessoas com deficiência;
- Sensibilizar atores estratégicos para as necessidades e responsabilidades inerentes ao reconhecimento dos direitos, dignidade e inclusão das Pessoas com deficiência e suas famílias;
- Sensibilizar os agentes de diversas áreas de intervenção, a reconhecer e implementar medidas promotoras da autonomia e participação com base nas capacidades e talentos de cada pessoa, concretizando o acesso ao exercício da cidadania.

As ações de capacitação destacam-se pela garantia de padrões de excelência e de inclusão/autorepresentação, através da vasta experiência e qualidade da equipa técnica interna da Inovar Autismo, de oradores externos qualificados e de oradores com deficiência, incluindo pessoas autistas.

O projeto "Impulsionando Direitos, Transformando Vidas" (IDTV) estrutura-se em 5 fases de implementação:

- i) Apresentação/divulgação a diferentes públicos;
- ii) Elaboração dos módulos/conteúdos das ações e agendamento das mesmas;
- iii) Implementação das ações;
- iv) Divulgação e disseminação de resultados;
- v) Avaliação, sustentabilidade e follow-up do projeto

Metodologia

A capacitação para a Inclusão e Cidadania requer a implementação de metodologias participativas e ativas, capazes de promover uma aprendizagem significativa e um envolvimento efetivo dos participantes através de ações de capacitação presenciais, assíncronas e síncronas. As metodologias selecionadas serão aplicadas em todos os módulos: Expositiva, Participativa, Estudos de caso através do trabalho colaborativo, Role-playing e Dinâmicas de grupo.

1. Metodologia Expositiva: Apresentação dos conteúdos oralmente através de slides, vídeos, quadros, sobretudo para dar a conhecer fatos, conceitos fundamentais e diretrizes.

2. Metodologia Participativa: Método que envolve a ativa participação dos formandos na construção do seu próprio conhecimento através de perguntas, brainstorming, debates e partilhas de experiências, com o acréscimo de recursos tecnológicos e digitais como ferramentas de apoio ao ensino e à aprendizagem, facilitando a criação de ambientes de aprendizagem inovadores e inclusivos.

3. Estudos de caso/Trabalho colaborativo: Esta metodologia envolve a organização dos participantes em pequenos grupos para discutir temas e analisar/solucionar estudos de caso.

4. Role-Playing: Os formandos representam papéis em situações simuladas, possibilitando a exploração de diferentes perspetivas, atitudes e comportamentos.

5. Dinâmicas de Grupo: Atividades práticas e interativas para estimular a coesão, reflexão coletiva, a resolução de conflitos e o desenvolvimento de competências sociais.

Operacionalização das Ações

As Ações de Capacitação estruturam-se em módulos temáticos, com enfoque nas áreas definidas nos objetivos apresentados posteriormente. Pretende-se alcançar uma abordagem flexível que visa acomodar as diferentes disponibilidades, interesses e necessidades dos destinatários.

As ações realizadas presencialmente deverão reunir o mínimo de 10 destinatários, uma vez que serão utilizadas metodologias ativas e acompanhamento contínuo de apoio individualizado e adaptado às necessidades de cada formando.

A avaliação das ações será contínua através da observação e feedback durante as atividades; da autoavaliação e reflexão; de inquéritos de satisfação; de quizzes de escolha múltipla para testar o conhecimento dos formandos e através do follow-up e acompanhando o Pós-programa.

Tipologias

TIPOLOGIA A

A1 – Promoção dos Direitos das Pessoas com deficiência

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Todos os públicos estratégicos.

Entidades Beneficiárias: Todas as entidades elegíveis.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação.

ODS 10 – Redução das desigualdades e **ODS 4** – Educação de qualidade.

Objetivo central:

Promover a compreensão, valorização e aplicação dos direitos das Pessoas com deficiência, reforçando práticas inclusivas na sociedade e reconhecendo o papel de cada pessoa enquanto agente promotor de inclusão.

Objetivos específicos:

- Compreender a importância da promoção dos direitos das Pessoas com deficiência.
- Conhecer conceitos fundamentais sobre deficiência e neurodiversidade.
- Analisar a evolução histórica do conhecimento sobre o autismo.
- Identificar as mudanças históricas nos paradigmas de inclusão.
- Analisar as principais barreiras ao exercício pleno dos direitos.
- Explorar documentos nacionais e internacionais enquadradores dos direitos das Pessoas com deficiência.
- Promover práticas que assegurem igualdade de oportunidades, autonomia e participação ativa.
- Valorizar a acessibilidade como condição indispensável à inclusão.
- Identificar o papel de diferentes agentes na promoção da inclusão.

Estratégias Metodológicas:

- **Método Interrogativo:** Dinâmicas de perguntas-respostas e reflexões coletivas sobre conceitos e casos práticos.
- **Método Expositivo:** Apresentação estruturada de conteúdos teóricos, legislação e exemplos históricos.
- **Método Ativo:** Análise de casos reais, através de testemunhos na 1ª pessoa, e partilha de boas práticas.

Avaliação de Satisfação:

Inquérito final de satisfação aplicado a todos os participantes (online e/ou presencial).

Quizz de escolha múltipla para testar o conhecimento dos formandos após a conclusão das ações.

Acessibilidade Cognitiva:

- Uso de linguagem clara e acessível.
- Recursos visuais de apoio (slides, esquemas, vídeos com legendas).
- Materiais disponibilizados em formatos digitais acessíveis.
- Ritmo adequado e pausas planeadas para garantir a assimilação de conteúdo.
- Espaço para dúvidas e reformulação dos conteúdos sempre que necessário.
- Pessoas responsáveis para auxiliar na compreensão do conteúdo.

TIPOLOGIA B

B1 – Sistema de direitos das Pessoas com deficiência

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação.

ODS 10 – Redução das desigualdades.

Objetivos:

- Compreender o quadro legal e normativo de referência, nacional e internacional relativo aos direitos das Pessoas com deficiência;
- Identificar os mecanismos disponíveis para a proteção e promoção dos direitos das Pessoas com deficiência em Portugal;
- Sensibilizar para a necessidade de uma articulação permanente entre diversos agentes e intervenientes, para garantir a implementação de práticas alinhadas com o sistema de direitos.

Temas:

- Normativos internacionais: A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (CDPD) e outros instrumentos de referência;
- Quadro legal nacional:
 - Constituição da República Portuguesa;
 - Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto;
 - Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, na sua redação atual;
 - Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, na redação atual;
 - Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto.
- Princípios fundamentais: Igualdade, não discriminação, acessibilidade e participação;
- Agentes do sistema de promoção de direitos;
- Mecanismos de reclamação;

- Benefícios e apoios disponíveis:
 - Sistema de atribuição de produtos de apoio (SAPA);
 - Sistema nacional de intervenção precoce na infância (SNIPI);
 - Prestações sociais;
 - Respostas sociais;
 - Cuidador informal
 - Assistente pessoal;
 - Benefícios fiscais.
- O papel das organizações e sociedade civil na promoção dos direitos.

Entidades Beneficiárias: ONGPD. Entidades da administração pública central e local.

B2 – Intervenção centrada na pessoa no contexto de Autismo

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais que desempenham funções em ONGPD ou respostas sociais na área da deficiência, em particular com pessoas no espectro do autismo. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva. Técnicos de intervenção precoce, educação, saúde, apoio residencial, emprego apoiado, etc.

Eixo V – Promoção da Autonomia e Vida Independente.

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Objetivos:

- Compreender os princípios e valores da intervenção centrada na pessoa e a sua aplicação prática junto de pessoas no espectro do autismo;
- Reconhecer a importância da intervenção responder às necessidades específicas, sensoriais, emocionais e comunicacionais de cada pessoa autista, promovendo a sua autodeterminação e bem-estar;
- Desenvolver competências para aplicar a abordagem centrada na pessoa em contextos de apoio ao autismo, respeitando ritmos individuais, preferências de comunicação e modos de interação;
- Promover ambientes inclusivos que valorizem a neurodiversidade.

Temas:

- Introdução à Intervenção Centrada na Pessoa:
 - Definição e princípios fundamentais: dignidade, autodeterminação e igualdade;
 - Relação com os direitos humanos e as convenções internacionais;
 - Foco na pessoa autista: Promoção da participação ativa, valorização da identidade, das preferências sensoriais, da comunicação aumentativa e alternativa e das rotinas individuais.

- Necessidades específicas no contexto do autismo:
 - Compreensão do espectro do autismo: diversidade de perfis, características sensoriais, comunicação (verbal e não verbal), interesses específicos e regulação emocional;
 - Planeamento centrado na pessoa autista: ferramentas adaptadas (p.ex.: mapas de preferências, perfis sensoriais, histórias sociais);
 - Participação da pessoa com autismo na definição dos seus objetivos — com ou sem apoio (autorrepresentação);
 - Importância do envolvimento da família e/ou rede de suporte, quando aplicável.

- Estratégias de Aplicação da Intervenção Centrada na Pessoa:
 - Adaptação do ambiente e da comunicação para favorecer a participação;
 - Promoção da autonomia e da tomada de decisão nas rotinas diárias, educação, emprego e lazer;
 - Boas práticas na construção de planos personalizados: escuta ativa, empatia, respeito pelo modo de estar...;
 - Exemplos práticos e estudos de caso em diferentes contextos (educação, apoio residencial para a autonomia, vida independente, emprego...).

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social.

B3 – Regime jurídico do maior acompanhado

Duração: 6h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Objetivos:

- Compreender o enquadramento legal do regime jurídico do maior acompanhado (RJMA) em Portugal, identificando os seus princípios, objetivos e destinatários;
- Reconhecer os direitos e deveres das pessoas autistas no âmbito deste regime;
- Conhecer o processo de aplicação do RJMA, desde o requerimento até à decisão, e o papel dos diferentes intervenientes;
- Identificar as responsabilidades do acompanhante, compreendendo o seu impacto no apoio à pessoa acompanhada.

Temas:

- Origem e fundamentos legais: Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto;
- Princípios orientadores: respeito pela dignidade, autonomia e vontade da pessoa acompanhada;
- Objetivos do RJMA;
- Destinatários;
- Direitos e deveres das pessoas acompanhadas;
- Etapas do processo;
- Intervenientes no processo;
- Funções do acompanhante;
- Impacto no quotidiano da pessoa acompanhada.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; entidades da administração pública central.

B4 – Autonomia e vida independente no autismo

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.

Eixo V – Promoção da Autonomia e Vida Independente

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Objetivos:

- Reconhecer a importância da autonomia e da vida independente como pilares fundamentais para a inclusão e a efetivação dos direitos das Pessoas com deficiência;
- Compreender os princípios subjacentes à promoção dos direitos das Pessoas com deficiência, com enfoque na autodeterminação e na participação ativa na sociedade das pessoas autistas;
- Promover atitudes que incentivem a participação ativa das Pessoas com deficiência na tomada de decisões que afetam as suas vidas.

Temas:

- Conceitos-chave: Autonomia e vida independente;
 - Definição de autonomia e de vida independente no contexto da deficiência e do autismo;
 - Exemplos práticos de vida independente em diferentes contextos (escola, trabalho, residência, etc).
- Princípios fundamentais: Autodeterminação e participação;
 - Importância da escuta ativa e da validação da vontade da pessoa autista
 - Autodeterminação ao longo da vida (infância, juventude, idade adulta)
 - Ferramentas e estratégias para promover a participação (ex: comunicação alternativa e aumentativa).
- Relação com os direitos humanos: Igualdade, dignidade e participação plena
 - Introdução à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e exploração de alguns artigos-chave;
 - Direitos e deveres das entidades e dos profissionais que trabalham com pessoas com deficiência .

- Barreiras à autonomia: Ambientais e atitudinais;
 - Barreiras ambientais: sensoriais, físicas, sociais e comunicacionais;
 - Barreiras atitudinais: estigmas, infantilização, superproteção e capacitismo;

- Obstáculos à autodeterminação;
- Apoios na promoção da autonomia e vida independente;
- O papel dos diferentes agentes na inclusão:
 - Famílias: papel de apoio, advocacia e promotores da autonomia;
 - Técnicos e educadores: papel facilitador e adaptador de contextos;
 - Instituições: garantia de direitos, acessibilidade e respeito pela individualidade;
 - Comunidade: inclusão nos contextos sociais, culturais, recreativos e laborais;
 - A pessoa autista: protagonista da sua vida, com os apoios adequados.

- Práticas promotoras da inclusão.

Entidades Beneficiárias: ONGPD.

B5 – Self advocacy e autorrepresentação

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Pessoas com deficiência ou incapacidade.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Objetivos:

- Compreender o conceito de *self advocacy* e o seu papel na promoção dos direitos das Pessoas com deficiência/autismo, independentemente do nível de suporte no espectro do autismo;
- Reconhecer a importância da autorrepresentação como ferramenta essencial para a participação ativa nas decisões que afetam a vida pessoal e comunitária;
- Reconhecer o papel enquanto agente de mudança e defensor dos próprios direitos e dos direitos da comunidade.

Temas:

- Conceitos-chave: *Self advocacy* e autorrepresentação;
- Movimentos sociais de inclusão e o surgimento do conceito de neurodiversidade;
- Relação com os direitos humanos e a inclusão social;
- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência;
- A Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com deficiência: 2021-2030;
- Práticas promotoras de *self advocacy* e autorrepresentação: testemunhos dos projetos e grupos de jovens da Inovar Autismo.

Entidades Beneficiárias: ONGPD.

B6 – Promoção da qualidade de vida das Pessoas com deficiência

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI.

Eixo V – Promoção da Autonomia e Vida Independente

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Objetivos:

- Compreender o conceito de qualidade de vida;
- Reconhecer a importância da participação ativa das Pessoas com deficiência/autismo na promoção da sua qualidade de vida;
- Incentivar a criação e desenvolvimento de parcerias e redes de apoio.

Temas:

- Conceito de qualidade de vida:
 - Conceito além das necessidades básicas, e como é percebido este conceito por pessoas autistas;
 - Dimensões: desenvolvimento pessoal, bem-estar (físico, emocional e sensorial) e inclusão social;
 - A autodeterminação, a cidadania e os direitos como variáveis fundamentais à qualidade de vida das Pessoas com deficiência.
- Estratégias de promoção da qualidade de vida:
 - Avaliação das necessidades específicas de pessoas autistas;
 - Escalas de Qualidade de Vida;
 - Elaboração de planos individualizados e centrados na pessoa;
 - Aplicação de metodologias participativas com acessibilidade comunicacional.
 - A importância da existência de parcerias e redes de apoio na promoção da qualidade de vida das pessoas autistas;
 - O papel dos diversos agentes (famílias, profissionais e comunidade) a promoção da inclusão;
 - Boas práticas no desenvolvimento de redes de apoio à qualidade de vida.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

B7 – Mediação Individualizada para a Inclusão

Duração: 8h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Pessoas com deficiência e suas famílias.

Eixo II – Promoção de um Ambiente Inclusivo

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Objetivos:

- Apoiar Pessoas com deficiência/autismo na transição entre vida escolar e projetos na comunidade; projetos de vida independente, de desinstitucionalização, etc.

Temas:

- Identificação e valorização de objetivos de vida (a voz, desejos e expectativas da Pessoa com deficiência/autismo na construção do seu caminho e definição do seu futuro);
- Criação de um plano individual centrado na pessoa autista (um plano estruturado, tangível, adaptado à realidade cognitiva, emocional e sensorial da pessoa autista, que a motiva e que vai ao encontro dos seus desejos);
- Identificação dos apoios especializados disponíveis (os profissionais, as organizações, as medidas específicas para pessoas com deficiência/autismo em cada contexto);
- Identificação dos apoios naturais disponíveis (apoios não pagos que facilitam a deslocação, a realização de tarefas ou o solucionar de problemas quotidianos que poderão ser disponibilizados pelos diversos agentes, serviços e entidades da comunidade);
- O processo de candidatura e admissão à atividade (procura, candidatura, entrevista);
- O processo de integração (como se integrar na atividade, usando o seu potencial e respeitando a dinâmica do local – adaptações, acompanhamento e autonomia);
- O processo de manutenção e melhoria (desenvolvimento pessoal, manutenção de competências e qualidade de vida e envelhecimento);
- O processo de mudança como escolha ou necessidade (num contexto de inclusão, como lidar com novos desafios, desejos e envelhecimento).

Entidades Beneficiárias: ONGPD.

TIPOLOGIA C

C1 – A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação.

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Objetivos:

- Compreender os princípios fundamentais e os objetivos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (CDPD);
- Reconhecer a importância da CDPD como instrumento internacional de proteção e promoção dos direitos das Pessoas com deficiência;
- Conhecer os artigos da CDPD e a sua aplicação prática nas políticas e práticas de inclusão em Portugal;
- Incorporar os princípios da CDPD no planeamento e implementação de estratégias de inclusão.

Temas:

- A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência:
 - Contexto histórico;
 - Mudança de paradigma;
 - Conceitos-chave.
- CDPD como tratado internacional e o seu carácter vinculativo;
- Objetivos e princípios fundamentais da CDPD;
- Impacto global da CDPD;
- Direitos consagrados na CDPD;

- Direitos inovadores:
 - A Vida independente e inclusão na comunidade;
 - Participação política e pública.
- Impacto em Portugal:
 - Legislação e programas nacionais;
 - Monitorização e avaliação da CDPD.
- Estratégias promotoras da inclusão: envolvimento da comunidade.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C2 – Acessibilidade para a inclusão

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Sensibilização

Pessoas destinatárias: Profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo II – Promoção de um Ambiente Inclusivo

ODS II – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Objetivos:

- Compreender os principais conceitos, normativos legais e instrumentos nacionais e internacionais relacionados com a acessibilidade e os direitos das Pessoas com deficiência e autismo;
- Reconhecer a importância da acessibilidade como um direito fundamental e indispensável para a inclusão plena das Pessoas com deficiência e autismo;
- Identificar barreiras físicas, comunicacionais, digitais e atitudinais que dificultam a participação das Pessoas com deficiência na sociedade;

Temas:

- Introdução à inclusão:
 - Modelo relacional da deficiência;
 - Compreender o conceito de inclusão;

- Identificar e compreender os impactos das barreiras à inclusão.
- Introdução à acessibilidade:
 - Conceito de acessibilidade;
 - Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
 - Princípios do design universal.
- Assegurar acessibilidade no ambiente construído:
 - Conhecer a legislação nacional em vigor;
 - Compreender as normas técnicas de acessibilidade, anexo do Regime Jurídico de Acessibilidade e Norma Portuguesa NP 4520:2019;
- Conhecer os requisitos de acessibilidade digital e a documentos
- Ferramentas e estratégias para a eliminação de barreiras de acessibilidade.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C3 – Acessibilidade no ambiente construído

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais da administração central e local com responsabilidades na área e cuja atividade se relacione com as acessibilidades ao meio construído. Profissionais de arquitetura e engenharia.

Eixo II – Promoção de um Ambiente Inclusivo

ODS II – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Objetivos:

- Identificar os principais requisitos técnicos e normativos relacionados com a acessibilidade no ambiente construído;
- Reconhecer a importância de eliminar barreiras arquitetónicas e urbanísticas para garantir a igualdade de acesso e utilização por parte das Pessoas com deficiência/autismo;
- Promover a integração de práticas de design inclusivo em todas as fases de desenvolvimento de projetos, considerando as necessidades de todas as pessoas.

Temas:

- Conceito de acessibilidade e sua aplicação no ambiente construído;
- A acessibilidade como um direito fundamental e um pilar da inclusão social;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- Impacto das barreiras no dia a dia das Pessoas com deficiência;
- Princípios gerais de design inclusivo;
- Normas aplicáveis ao espaço público;
- Requisitos mínimos das Normas Técnicas de Acessibilidade, anexo do Regime Jurídico de Acessibilidade e Norma Portuguesa NP 4520:2019;
- Ferramentas e recursos técnicos: manuais, softwares;
- Processos participativos e integração do design inclusivo
 - Planeamento inicial com consulta a Pessoas com deficiência ou associações representativas;
 - Desenvolvimento de soluções que beneficiem todos os utilizadores;
 - Testes e validações antes da implementação;
- Boas práticas nacionais e internacionais.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C4 - Acessibilidade digital

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades digitais. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo II – Promoção de um Ambiente Inclusivo

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

Objetivos:

- Reconhecer a importância da acessibilidade digital como um direito essencial para garantir a inclusão das Pessoas com deficiência /autismo;
- Identificar os principais requisitos de acessibilidade digital;
- Promover a acessibilidade digital como parte integrante de políticas e estratégias organizacionais, sensibilizando equipas e stakeholders para a sua importância.

Temas:

- Conceito de Acessibilidade Digital;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- A relação entre acessibilidade digital e inclusão social;
- Benefícios da acessibilidade digital para diferentes stakeholders (Pessoas com deficiência, organizações e sociedade);
- Requisitos e Normas de Acessibilidade Digital:
 - Introdução às *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG);
 - Os princípios da acessibilidade digital: Perceível, operável, compreensível e robusto;
 - Exemplos práticos de barreiras digitais e soluções acessíveis.
- Implementação da Acessibilidade Digital nas Organizações:
 - Acessibilidade digital como estratégia organizacional: sensibilização de equipas, stakeholders e decisores;
 - Diagnóstico e avaliação da acessibilidade digital (ferramentas e metodologias);
 - Boas práticas na inclusão de critérios de acessibilidade em websites, aplicações móveis e documentos eletrónicos.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial; EPE.

C5 – Acessibilidade à informação e comunicação

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo II – Promoção de um Ambiente Inclusivo

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Objetivos:

- Reconhecer a importância da acessibilidade à informação e comunicação como elemento essencial para a inclusão das Pessoas com deficiência e autismo e para o exercício pleno dos seus direitos;
- Identificar barreiras que dificultam o acesso à informação por parte das Pessoas com deficiência/autismo;
- Sensibilizar para a importância de utilizar plataformas e tecnologias acessíveis, promovendo o acesso universal à informação e à comunicação.

Temas:

- Conceito de Acessibilidade;
- Dimensões da acessibilidade;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- A relação entre acessibilidade e inclusão social;
- Barreiras comunicacionais e atitudinais;
- Práticas e Ferramentas para a Promoção da Acessibilidade: descrições de imagens, audiodescrição, legendagem e interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP); leitura fácil; linguagem pictográfica;
- Plataformas e Tecnologias Acessíveis:
 - Apresentação de ferramentas que promovem a acessibilidade:
 - Leitores de ecrã (NVDA, JAWS);
 - Ferramentas de legendagem automática;
 - A verificação da acessibilidade em documentos digitais;
 - Critérios de Acessibilidade para Conteúdos Web (WCAG).
- Boas Práticas em matéria de acessibilidade à informação e comunicação.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C6 – Atendimento Inclusivo

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais cuja atividade se relacione com o atendimento.

Eixo II – Promoção de um Ambiente Inclusivo

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Objetivos:

- Reconhecer a importância de um atendimento inclusivo como um direito e um meio para promover a igualdade de oportunidades;
- Identificar as necessidades específicas das Pessoas com deficiência/autismo;
- Assegurar um atendimento mais inclusivo;
- Promover uma cultura de atendimento inclusivo nas organizações, sensibilizando para a adoção de práticas que eliminem barreiras e fomentem a inclusão.

Temas:

- O que significa ser inclusivo no atendimento: direitos e igualdade de oportunidades;
- Práticas de atendimento inclusivo:
 - Condições do ambiente;
 - Adaptação da comunicação;
 - Atitude e relacionamento.
- As necessidades específicas das pessoas autistas nos vários tipos de atendimento (presencial, telefónico e online);
- O papel das organizações e dos diferentes agentes na inclusão:
 - A importância da formação contínua;
 - Monitorização e *feedback*;
 - Boas Práticas do atendimento inclusivo.

Entidades Beneficiárias: Entidades da administração pública central e local; ONGPD.

C7 – Linguagem e comunicação inclusiva

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Profissionais de comunicação e marketing. Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros e outras profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Objetivos:

- Reconhecer a importância da linguagem inclusiva como ferramenta essencial para promover a inclusão, a igualdade de oportunidades e a participação das Pessoas com deficiência/autismo;
- Identificar barreiras comunicacionais e vieses inconscientes que podem influenciar o pensamento e a linguagem;
- Adotar práticas de comunicação acessível, desenvolvendo materiais informativos e de comunicação em formatos acessíveis;
- Promover a comunicação inclusiva como parte de estratégias organizacionais, sensibilizando para a sua relevância na construção de ambientes seguros e inclusivos.

Temas:

- A comunicação como veículo de inclusão;
- O impacto da linguagem na percepção e representação das Pessoas com deficiência;
- Regras básicas da linguagem inclusiva;
- Terminologia: linguagem centrada na pessoa e eliminação de expressões capacitistas;
- Barreiras comunicacionais: Estratégias para identificar e ultrapassar barreiras;
- Práticas de linguagem inclusiva nos diferentes tipos de comunicação;
- Integração da comunicação inclusiva nas estratégias organizacionais:
 - Boas práticas institucionais e a importância da integração de novas pessoas no ambiente corporativo;
 - Sensibilização e formação contínua;
 - Exemplos de materiais institucionais acessíveis (documentos, websites, redes sociais, apresentações, eventos).

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C8 – Capacitismo – desconstruindo estereótipos

Duração: 6h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Profissionais de comunicação e marketing. Profissionais cuja atividade se relacione com as acessibilidades à informação e comunicação. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Objetivos:

- Reconhecer o capacitismo como uma forma de discriminação;
- Identificar estereótipos e preconceitos associados à deficiência, compreendendo as suas consequências e vieses inconscientes;
- Reconhecer a importância de desconstruir crenças e atitudes capacitistas, adotando uma postura crítica e reflexiva perante práticas discriminatórias.

Temas:

- Conceito de capacitismo;
- Representações sociais da deficiência ao longo da história:
 - Estereótipos e preconceitos mais comuns associados à deficiência;
 - Consequências do capacitismo na vida das Pessoas com deficiência.
- Desconstrução de crenças e atitudes capacitistas:
 - Distinção entre conceitos: Segregação, Integração e Inclusão;
 - As atitudes e práticas do dia a dia;
 - Estratégias para promover uma sociedade mais inclusiva.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local.

C9 – Mediação para a inclusão

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desenvolvem atividades no domínio da inclusão das Pessoas com deficiência.

Eixo II – Promoção de um Ambiente Inclusivo

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Objetivos:

- Compreender o conceito de mediação para a inclusão e o seu papel na promoção da igualdade de oportunidades;
- Reconhecer os princípios e as práticas da mediação para a inclusão;
- Sensibilizar as famílias e profissionais para a criação de soluções colaborativas e inclusivas durante a mediação, respeitando os direitos, a individualidade e a autodeterminação das Pessoas com deficiência/autismo.

Temas:

- O conceito de mediação;
- A importância da mediação na promoção dos direitos das Pessoas com deficiência;
- O impacto da mediação na participação social, educativa, profissional e comunitária;
- Princípios da mediação para a inclusão:
 - Respeito pela autonomia e autodeterminação;
 - Promoção da igualdade e da equidade;
 - Construção de um diálogo aberto e transparente;
 - Participação e Cooperação entre todas as partes envolvidas.
- Práticas da mediação para a inclusão:
 - Técnicas de escuta ativa e comunicação eficaz;
 - Estratégias para resolução de conflitos e negociação;
 - Adaptação das abordagens às necessidades específicas da Pessoa com deficiência.
- O papel de diferentes agentes na mediação para a inclusão;
- Boas práticas na mediação para a inclusão.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C10 – Mediação familiar

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência.

Eixo V – Promoção da Autonomia e Vida Independente

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Objetivos:

- Compreender o conceito de mediação, identificando os seus princípios, objetivos e benefícios para a resolução de conflitos no contexto familiar das Pessoas com deficiência/autismo;
- Identificar situações em que a mediação familiar pode ser aplicada, assegurando a proteção dos direitos e interesses das Pessoas com deficiência/autismo e das suas famílias;
- Conhecer os papéis e responsabilidades do mediador e de todas as partes envolvidas.

Temas:

- Conceito de mediação e a sua relevância no contexto familiar das Pessoas com deficiência/autismo;
- Princípios fundamentais:
 - Neutralidade e imparcialidade do ou da mediadora;
 - Confidencialidade do processo;
 - Comunicação eficaz e cooperação;
 - Consenso ou acordo.
- Objetivos e benefícios da mediação familiar:
 - Prevenção e resolução de conflitos;
 - Reforço da comunicação e das perspetivas de entendimento das partes;
 - Redução da intensidade do conflito e do impacto emocional dos conflitos no bem-estar e estabilidade emocional da Pessoa com deficiência;
 - Regulação das responsabilidades e das obrigações das pessoas afetadas pelo conflito. Promoção da tomada de decisões conjuntas, respeitando as necessidades individuais.
- Situações comuns da aplicação da mediação familiar:
 - Resolução de conflitos e regulação de responsabilidades;

- Salvaguarda dos direitos e das responsabilidades das Pessoas com deficiência;
- Boas práticas em casos de mediação familiar.
- Papéis e responsabilidades da ou do mediador e das partes no processo de mediação.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial Entidades da administração pública central e local.

C11 – Mediação escolar

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias. Docentes e outros profissionais com responsabilidades no domínio do regime da educação inclusiva. Associações de pais.

Eixo III – Educação e Qualificação

ODS 4 – Educação de Qualidade

Objetivos:

- Compreender os princípios da mediação escolar, reconhecendo a sua importância para promover a inclusão;
- Reconhecer a importância de identificar as necessidades específicas dos alunos com deficiência em contexto escolar;
- Promover a colaboração entre família, profissionais de educação e alunos com deficiência no processo de mediação escolar;
- Sensibilizar todos os envolvidos no processo escolar para a importância de uma abordagem inclusiva na resolução de conflitos, promovendo um ambiente escolar que respeite a diversidade.

Temas:

- Conceito de mediação escolar;
- A importância da mediação em contexto escolar e os benefícios para os diferentes agentes (alunos, famílias e profissionais da educação);
- O papel do mediador escolar;
- Identificação das necessidades específicas dos alunos autistas:
 - Barreiras à aprendizagem e à participação;
 - Medidas de suporte à inclusão.
- O papel do envolvimento familiar na mediação escolar;

- Ferramentas e estratégias para uma comunicação eficaz entre os diferentes agentes;
- Programas educativos individuais e a partilha de responsabilidades;
- Abordagem inclusiva na resolução de conflitos:
 - Identificação de situações de conflito e discriminação;
 - Estratégias de mediação para a promoção de um ambiente escolar inclusivo;
 - Boas práticas para a prevenção e gestão de conflitos;
 - Estratégias de contenção física e emocional.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C12 – Mediação laboral e *job tutor*

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias. Profissionais na área dos recursos humanos.

Eixo IV – Trabalho, Emprego e Formação Profissional

ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico

Objetivos:

- Compreender o conceito de mediação laboral e o papel do *job tutor* como ferramentas essenciais para promover a inclusão e o sucesso profissional das Pessoas com deficiência/autismo no ambiente de trabalho;
- Identificar as necessidades específicas dos trabalhadores com deficiência/autismo no contexto laboral, aplicando estratégias de mediação para resolver conflitos e promover uma integração plena e eficaz;
- Aplicar boas práticas de mediação laboral para garantir um ambiente de trabalho inclusivo, acessível e respeitoso, promovendo a colaboração entre todos os envolvidos, incluindo o trabalhador, o empregador e os colegas de trabalho;
- Sensibilizar as famílias e os profissionais para a importância de criar uma rede de apoio eficaz, envolvendo o *job tutor*, a equipa de recursos humanos e os serviços de apoio à inclusão, assegurando a plena inclusão das Pessoas com deficiência/autismo no mercado de trabalho.

Temas:

- Conceito de mediação laboral e sua relevância na inclusão profissional;
- Papel e responsabilidades do *job tutor* na integração e acompanhamento do trabalhador com deficiência/autismo;
- Identificação das necessidades específicas dos trabalhadores com deficiência/autismo:
 - Importância da adaptação do posto de trabalho e das condições laborais;
 - Estratégias para um ambiente de trabalho inclusivo.
- Estratégias de mediação laboral:
 - Métodos de resolução de conflitos em contexto laboral;
 - Técnicas para promover um diálogo eficaz entre trabalhadores, empregadores e equipas de recursos humanos;
 - Implementação de práticas inclusivas para garantir a igualdade de oportunidades.
- Boas práticas para um ambiente de trabalho baseadas na diversidade e inclusão;
- Envolvimento dos diferentes agentes na rede de apoio.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C13 – Planos Individuais de Transição

Duração: 8h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Docentes e outros profissionais com responsabilidades no domínio da educação inclusiva. Associações de pais.

Eixo III – Educação e Qualificação

ODS 4 – Educação de Qualidade

Objetivos:

- Compreender os princípios e a importância dos Planos Individuais de Transição (PIT), reconhecendo o seu papel na preparação de discentes com deficiência/autismo na transição para a vida adulta;
- Reconhecer a importância de envolver os alunos no processo de construção do seu PIT, assegurando que as suas preferências e aspirações sejam consideradas;

- Promover uma abordagem integrada entre a escola e as diversas entidades envolvidas no PIT, com vista a criar uma rede de apoio que facilite a transição do aluno para a vida adulta.

Temas:

- Conceito e enquadramento legal dos planos individuais de transição no regime jurídico da educação inclusiva;
- Objetivos dos PIT: preparação para a vida adulta, autonomia e inclusão social e profissional;
- Princípios orientadores:
 - Educabilidade universal;
 - Equidade;
 - Inclusão;
 - Flexibilidade;
 - Autodeterminação.
- Importância da autodeterminação na capacitação de discentes;
- Estratégias para envolver os alunos na definição dos seus objetivos e aspirações;
- Ferramentas para apoiar a tomada de decisão informada e realista por parte de discentes e famílias;
- Identificação de parceiros estratégicos para o sucesso do PIT (empresas, centros de emprego, serviços de apoio à inclusão, organizações de formação profissional, entre outros);
- O papel e responsabilidades dos diversos intervenientes, sobretudo do assistente pessoal, na elaboração e implementação do PIT;
- Importância do trabalho colaborativo entre escola, família e outros intervenientes;
- Estratégias para apoiar a família no acompanhamento do processo de transição;

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C14 – Empregar Pessoas com deficiência – vantagens, condições e recursos

Duração: 4h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: CEO's, Managers e equipas de recursos humanos.

Eixo IV – Trabalho, Emprego e Formação Profissional

ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico

Objetivos:

- Compreender as vantagens corporativas de contratar Pessoas com deficiência, nomeadamente no espectro do autismo;
- Conhecer as condições necessárias à inclusão e desenvolvimento profissional das Pessoas com deficiência/autismo;
- Conhecer os apoios à contratação de Pessoas com deficiência/autismo.

Temas:

- A importância dos valores e práticas corporativas e que promovam e assegurem a diversidade, a inclusão e o desenvolvimento de potencial;
- Acessibilidades comunicacionais, de informação e físicas;
- Integração e acompanhamento;
- Apoios à contratação:
 - Emprego Apoiado;
 - Medidas de Estágios (+ Inclusão, + Ativação);
 - Apoios à adaptação de posto de trabalho (SAPA);
 - O papel das parcerias com as ONGPD.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; ONG Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local. Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C15 – Vieses inconscientes e microagressões em ambientes corporativos

Duração: 8h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais da área da gestão de pessoas. Dirigentes, técnicas e técnicos setor público e privado.

Eixo IV – Trabalho, Emprego e Formação Profissional

ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico

Objetivos:

- Compreender os conceitos de vieses inconscientes e microagressões, reconhecendo como estas atitudes afetam as Pessoas com deficiência/autismo e comprometem a construção de ambientes corporativos inclusivos;
- Identificar exemplos de vieses inconscientes e microagressões em contextos profissionais;
- Promover estratégias para prevenir e gerir microagressões em ambientes corporativos, assegurando que as práticas e políticas organizacionais promovam a inclusão;
- Sensibilizar para a importância de criar uma cultura corporativa inclusiva, eliminando atitudes e comportamentos que reforcem discriminações ou estereótipos em relação às Pessoas com deficiência/autismo.

Temas:

- Conceito e impacto dos vieses inconscientes no contexto organizacional;
- Vieses mais comuns que afetam Pessoas com deficiência/autismo no mercado de trabalho;
- Conceito de microagressões e a sua manifestação no local de trabalho;
- Efeitos das microagressões sobre os trabalhadores;
- Estratégias para a prevenção e gestão de microagressões:
 - A importância da comunicação inclusiva;
 - Desenvolvimento de competências para a escuta ativa e a empatia;
 - Intervenção e gestão em situações de microagressões no ambiente de trabalho;
 - Políticas internas para promover um ambiente respeitoso e inclusivo.
- Construção de uma cultura corporativa inclusiva:
 - A importância da liderança na promoção da inclusão;
 - Boas práticas organizacionais para combater vieses e microagressões.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Entidades privadas; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C16 – Planos organizacionais para a inclusão

Duração: 12h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais na área dos recursos humanos e desenvolvimento organizacional.

Eixo IV – Trabalho, Emprego e Formação Profissional

ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico

Objetivos:

- Compreender a importância de implementar planos organizacionais para a inclusão, reconhecendo o seu papel na promoção dos direitos das Pessoas com deficiência/autismo e na construção de ambientes inclusivos;
- Identificar os elementos essenciais de um plano organizacional para a inclusão;
- Reconhecer a importância de avaliar e monitorizar a eficácia dos planos organizacionais para a inclusão.

Temas:

- Inclusão no contexto organizacional: construção de ambientes inclusivos:
 - O impacto da inclusão no contexto organizacional.
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- Importância dos planos organizacionais para a inclusão:
 - Importância da promoção e da visibilidade da diversidade nas organizações;
 - Papel estratégico da gestão de pessoas e do desenvolvimento organizacional;
 - Boas práticas.
- Elementos de um plano organizacional para a inclusão:
 - Diagnóstico e levantamento de necessidades;
 - Definição de objetivos e metas;
 - Estratégias e ações para promoção da inclusão (recrutamento, acessibilidades, cultura organizacional, formação e sensibilização, entre outros);

- Recursos necessários e envolvimento das partes interessadas, nomeadamente o papel do job tutor.
- A importância da avaliação e monitorização dos planos organizacionais:
 - Ferramentas e indicadores de avaliação;
 - Ajustes e melhorias contínuas;
 - Relatórios e comunicação de resultados.
- O papel fundamental da comunicação simplificada.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; ONG, Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C17 – Gestão por competências e desenvolvimento profissional de Pessoas com deficiência

Duração: 12h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais na área dos recursos humanos e desenvolvimento organizacional.

Eixo IV – Trabalho, Emprego e Formação Profissional

ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico

Objetivos:

- Compreender a importância da promoção de competências e do desenvolvimento profissional de Pessoas com deficiência no contexto organizacional, reconhecendo o valor da diversidade e a inclusão como fatores de sucesso;
- Reconhecer a importância de implementar processos de gestão por competências que favoreçam a adaptação e o desenvolvimento profissional;
- Promover o desenvolvimento de planos de carreira, que assegurem a equidade de oportunidades;
- Sensibilizar a organização para a importância de criar um ambiente de trabalho inclusivo.

Temas:

- Promoção de competências para o desenvolvimento de carreira;
- Benefícios da diversidade e da inclusão para as organizações;

- Como alinhar a Gestão de Competências e as estratégias organizacionais;
- Desenvolvimento e valorização das competências individuais e organizacionais;
- Gestão por competências e as Pessoa com deficiência– abordagem centrada na pessoa e nas suas capacidades;
- Importância da integração e acompanhamento;
- Avaliação de desempenho, formação, e planos de desenvolvimento profissional para Pessoas com deficiência;
- Ambientes de trabalho inclusivos:
 - Identificação e eliminação de barreiras;
 - Estratégias para um recrutamento e seleção inclusivo;
 - Cultura organizacional inclusiva e sensibilização interna;
 - Comunicação acessível e inclusiva;
 - Prevenção do assédio e bullying;

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; ONG; Entidades da administração pública central e local; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C18 – Planos locais para a cidadania e inclusão

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Dirigentes e técnicos/as da administração pública local.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação

ODS II – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Objetivos:

- Compreender a importância dos planos locais para a promoção da cidadania e inclusão das Pessoas com deficiência/autismo, enquanto instrumentos estratégicos de transformação social;
- Identificar os principais desafios e oportunidades na implementação de iniciativas locais que promovam a inclusão e os direitos das Pessoas com deficiência/autismo;
- Promover práticas colaborativas na definição de estratégias locais, envolvendo diferentes stakeholders, incluindo Pessoas com deficiência/autismo, suas famílias e organizações representativas;
- Sensibilizar para a necessidade de criar iniciativas locais que assegurem acessibilidade universal, igualdade de oportunidades e o pleno exercício da cidadania.

Temas:

- O papel da administração pública local na promoção da inclusão;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- Definição e objetivos dos planos locais de cidadania e inclusão;
- Principais barreiras à inclusão das Pessoas com deficiência a nível local;
- Oportunidades e boas práticas na promoção da acessibilidade e participação;
- Estratégias para a Definição e Implementação de Planos Locais:
 - Diagnóstico das necessidades com o envolvimento da comunidade;
 - Planeamento e definição de objetivos;
 - Medidas e ações para garantir acessibilidade universal, igualdade de oportunidades e participação ativa;
 - Monitorização e avaliação do impacto das iniciativas locais.
- Promoção de Práticas Colaborativas e Participação Ativa:
 - Envolvimento das Pessoas com deficiência, famílias e organizações representativas;
 - Parcerias interinstitucionais e cooperação entre setores.
- A importância das autarquias na promoção de uma cultura de inclusão:
 - Formação e capacitação contínua para dirigentes e técnicos/as da administração pública local;
 - Estratégias de comunicação inclusiva e sensibilização da comunidade.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; ONG; Entidades da administração pública local.

C19 – Conceção e avaliação de projetos inclusivos

Duração: 12h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo VIII – Conhecimento, Investigação e Inovação

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas

Objetivos:

- Compreender os princípios fundamentais da inclusão e aplicá-los na conceção e gestão de projetos inclusivos;
- Mobilizar ferramentas e metodologias de gestão de projetos para implementar iniciativas inclusivas;

- Promover o envolvimento de *stakeholders* relevantes, incluindo Pessoas com deficiência/autismo, suas famílias e organizações representativas, na concepção e execução de projetos inclusivos;
- Reconhecer a importância de monitorizar e avaliar projetos inclusivos, garantindo que os resultados contribuem para a promoção dos direitos das Pessoas com deficiência/autismo.

Temas:

- Princípios fundamentais da inclusão;
- A importância da inclusão na concepção e gestão de projetos;
- Metodologias de gestão de projetos;
- Estratégias para a definição e implementação de projetos inclusivos:
 - Diagnóstico;
 - Planeamento e definição de objetivos e metas;
 - Medidas e ações;
 - Monitorização e avaliação.
- Envolvimento de stakeholders no desenvolvimento de projetos:
 - Identificação e mobilização de stakeholders: Pessoas com deficiência, famílias, organizações e comunidades;
 - Métodos participativos para garantir a co-criação de soluções inclusivas;
 - Construção de redes colaborativas para a implementação de iniciativas.
- A importância da avaliação e monitorização:
 - Ferramentas e indicadores de avaliação;
 - Ajustes e melhorias contínuas;
 - Comunicação de resultados;
 - Boas práticas.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C20 – Promoção do voluntariado mais inclusivo

Duração: 8h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Pessoas com deficiência, famílias e profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo I – Cidadania, Igualdade e Não Discriminação

ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos

Objetivos:

- Reconhecer o voluntariado como ferramenta de inclusão social das Pessoas com deficiência, nomeadamente no espectro do autismo;
- Compreender a mudança de paradigma das Pessoas com deficiência/autismo no voluntariado;
- Perceber o papel das organizações promotoras de voluntariado na promoção da inclusão das Pessoas com deficiência/autismo;
- Reconhecer a importância da prática do voluntariado por Pessoa com deficiência/autismo.

Temas:

- Conceito e princípios do voluntariado;
- O voluntariado como ferramenta de inclusão social;
- A Pessoa no espectro do autismo como voluntária: Apoios, Oportunidades e Desafios;
- Organizações promotoras de voluntariado:
 - A importância de uma gestão de voluntariado mais inclusiva;
 - O impacto das parcerias e redes de suporte no programa de voluntariado;
 - Boas práticas na inclusão de Pessoas no espectro do autismo no voluntariado.
- Sensibilização para a prática do voluntariado por Pessoas com deficiência:
 - O impacto da participação ativa das Pessoas no espectro do autismo;
 - O papel dos diferentes agentes na promoção da inclusão através do voluntariado;
 - Estratégias para sensibilizar pessoas e organizações para a importância da promoção de um voluntariado mais inclusivo.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.

C21 – Participação, representatividade e acessibilidades em projetos e equipamentos culturais

Duração: 16h.

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: Profissionais que desenvolvem atividades em entidades e equipamentos culturais.

Eixo VII – Cultura, Desporto, Turismo e Lazer

ODS 10 – Redução das Desigualdades

Objetivos:

- Compreender os princípios fundamentais da inclusão e aplicá-los na conceção e gestão de atividades e equipamentos culturais;
- Conhecer as condições, os fundamentos e as abordagens de promoção das acessibilidades ao meio construído, de comunicação e informação no domínio das atividades e equipamentos culturais;
- Sensibilizar para importância da participação e representatividade na definição de projetos e atividades;
- Partilhar boas práticas.

Temas:

- Fundamentos da Inclusão pela cultura;
- Princípios da Inclusão e Diversidade na Cultura:
 - Conceito de inclusão cultural e diversidade;
 - Importância da acessibilidade no contexto cultural, nomeadamente na criação de espaços *autism friendly* (fones, sinalização, *stimming toys*, *quiet room*...);
 - Políticas públicas de acessibilidade cultural;
 - Quadro normativo nacional e internacional e programático de referência.
- Barreiras e Desafios na Acessibilidade Cultural:
 - Barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas;
 - Desconstrução de estereótipos e preconceitos;

- Acessibilidade ao Meio Construído e Comunicação;
- Acessibilidade ao Meio Construído em Espaços Culturais:
 - Normas de acessibilidade física (rampas, sinalização, casas de banho acessíveis, etc.) e sensorial;
 - Design universal e adaptabilidade dos espaços culturais;
- Acessibilidade na Comunicação e Informação:
 - Comunicação inclusiva: Língua Gestual, legendas, audiodescrição, textos em Braille;
 - Tecnologias de apoio, nomeadamente aplicações de Comunicação Aumentativa e Alternativa utilizadas por muitas pessoas autistas ou com deficiência intelectual;
 - Boas práticas de comunicação inclusiva (sites, redes sociais e materiais gráficos).
- Participação e Representatividade das pessoas no espectro do autismo no âmbito cultural;
- Importância da Participação das pessoas no espectro do autismo;
 - Co-criação com Pessoas com deficiência na definição de projetos culturais;
 - Representatividade da comunidade autista nos conteúdos artísticos e culturais.
- Estratégias de Inclusão em Programas e Atividades Culturais:
 - Planeamento inclusivo de eventos culturais;
 - Programação acessível e representativa;
 - Envolvimento de comunidades e parceiros inclusivos.
- Partilha de Boas Práticas:
 - Exemplos nacionais e internacionais de inclusão cultural;
 - Projetos culturais inclusivos de sucesso.
- Criação de um Plano de Ação Inclusivo:
 - Ferramentas e metodologias para a criação de planos de ação inclusivos;
 - Avaliação de impacto e sustentabilidade de práticas inclusivas através da criação de grelhas de acessibilidade para avaliação.
- Compromisso e Implementação:
 - Elaboração de um compromisso de acessibilidade cultural;
 - Identificação de parceiros e redes de apoio.

Entidades beneficiárias: ONGPD, ONG, entidades da administração central e local. Entidades da área da cultura com estatuto EPE e do setor público empresarial.

C22 – Afetos e sexualidade: diálogo aberto para a promoção dos direitos

Duração: 12h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo V – Promoção da Autonomia e Vida Independente

ODS 3 – Saúde e Bem-Estar

Objetivos:

- Compreender a importância dos afetos e da sexualidade como dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, reconhecendo os direitos das Pessoas com deficiência/autismo neste âmbito;
- Identificar barreiras e preconceitos relacionados com os afetos e a sexualidade das Pessoas com deficiência/autismo, promovendo uma visão inclusiva e respeitadora da sua autonomia;
- Sensibilizar para a importância de criar contextos seguros que permitam às Pessoas com deficiência/autismo explorar e viver a sua afetividade e sexualidade;
- Identificar recursos e serviços de apoio especializados que possam ser úteis na promoção da educação para os afetos e a sexualidade no contexto das Pessoas com deficiência/autismo.

Temas:

- Afetividade e sexualidade como dimensões fundamentais do ser humano;
- Direito das Pessoas autistas à livre expressão afetiva e sexual;
- Barreiras e Preconceitos:
 - Estereótipos e mitos sobre a sexualidade das Pessoas autistas;
 - Impacto dos preconceitos na vivência da sexualidade das Pessoas autistas.
 - Sexualidade e Autismo no feminino (esterilização forçada, menopausa, hipersensibilidades, *masking* e consentimento informado, etc)
- Promoção de uma visão inclusiva e respeitadora da autonomia das Pessoas com deficiência;

- Identificação de contextos seguros ou de risco para a exploração da afetividade e sexualidade.
- Importância da educação para os afetos e sexualidade na promoção de relações saudáveis;
- O papel dos diversos agentes na promoção do bem-estar emocional e relacional das Pessoas autistas.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Organizações representativas de profissionais de saúde, da educação, da ação social e da psicologia. Entidades administração pública central e local.

C23 – Prevenção da violência contra Pessoas com deficiência

Duração: 12h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais que desempenham funções em ONGPD e respostas sociais dirigidas a PCDI. Profissionais das forças de segurança. Profissionais de saúde. Profissionais da Justiça. Outros profissionais e agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e da inclusão.

Eixo VI – Medidas, Serviços e Apoios Sociais

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Objetivos:

- Identificar e compreender os diferentes tipos de violência e as suas características específicas;
- Reconhecer os direitos das Pessoas com deficiência/autismo no contexto da violência;
- Identificar os sinais que podem indicar que uma Pessoas com deficiência /autismo está a ser vítima dos diferentes tipos de violência;
- Compreender que existem condições específicas que colocam as Pessoas com deficiência, nomeadamente pessoas autistas numa situação de vulnerabilidade acrescida (idade, sexo, género, orientação sexual, etnia e religião);
- Identificar estratégias de autoproteção e prevenção, que permitam mitigar situações de risco e comportamentos violentos;
- Mobilizar serviços e recursos disponíveis para apoio e intervenção em casos de violência contra Pessoas com deficiência/autismo;

Temas:

- A violência e suas diferentes formas;
- Especificidades da violência contra Pessoas autistas;
- Fatores de vulnerabilidade e contextos de maior risco no espectro do autismo;
- Enquadramento legal e normativo nacional e internacional;
- Mecanismos de proteção e denúncia disponíveis;
- Identificação de sinais de risco e de violência:
 - Indicadores físicos, emocionais e comportamentais;
 - Barreiras à denúncia e acesso a mecanismos de proteção;
 - Estratégias para reforçar a detecção precoce em diferentes contextos (familiar, institucional, comunitário).
- Estratégias de autoproteção e prevenção:
 - Promoção da educação sobre direitos e autonomia;
 - Estratégias para a redução do risco e situações de violência, sobretudo em situações de crises com manifestação de comportamento agressivo por parte de pessoas autistas;
 - Importância da sensibilização dos diversos agentes para as práticas de apoio e proteção.
- Recursos e serviços de apoio e intervenção:
 - Serviços de apoio disponíveis;
 - Importância da intervenção intersectorial e multidisciplinar;
 - Boas práticas na abordagem de casos de violência contra Pessoas autistas.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; ONG, Entidades do setor social; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial; Entidades da Administração pública central e local.

C24 – Medidas de autoproteção em situação de emergência

Duração: 8h

Modo de realização: Híbrido (Online e Presencial).

Pessoas destinatárias: PCDI, suas famílias e profissionais na área da inclusão das Pessoas com deficiência. Outros profissionais ou outros agentes com funções ou responsabilidades na promoção da cidadania e de uma sociedade mais inclusiva.

Eixo VI – Medidas, Serviços e Apoios Sociais

ODS II – Cidades e Comunidades Sustentáveis

Objetivos:

- Compreender as necessidades específicas de autoproteção das Pessoas com deficiência em situações de emergência;
- Identificar medidas de autoproteção;
- Reconhecer a importância da criação de planos de autoproteção individuais;
- Promover a colaboração entre as Pessoas com deficiência e os restantes intervenientes, de modo a garantir uma maior eficácia das medidas de autoproteção em situação de emergência.

Temas:

- Situações de emergência (ex.: incêndio, inundação, sismo, etc.):
 - Causas e efeitos;
 - Avaliação do risco;
 - A importância da comunicação clara durante uma emergência.
- Necessidades específicas de autoproteção das Pessoas autistas;
- Medidas de autoproteção:
 - A importância da personalização das medidas de autoproteção;
 - Estratégias gerais de autoproteção: como se preparar, agir e reagir durante situações de emergências;
 - Equipamentos e tecnologias de apoio que podem facilitar a autoproteção;
 - Exemplos de medidas de autoproteção (ex.: kit de emergência).
- Planos de autoproteção individuais:
 - Como elaborar um plano de autoproteção individualizado, considerando a ocorrência de especificidades relacionadas com o espectro do autismo: *Meltdowns, Shutdowns e Burnout*;
 - Envolvimento das Pessoas autistas na criação e implementação do plano;
 - Envolvimento dos diversos agentes no processo de preparação e execução.
- Colaboração entre Pessoas autistas e outros intervenientes:
 - O papel dos diversos agentes (como bombeiros, profissionais de saúde, entre outros) na resposta a Pessoas autistas em situações de emergência;
 - A importância da criação de redes de apoio colaborativas na comunidade para garantir a eficácia das medidas de autoproteção.

Entidades Beneficiárias: ONGPD; Entidades do setor social; Entidades da administração pública central e local; ONG; Ordens Profissionais, cuja atividade dos seus membros esteja relacionada com conteúdos constantes neste referencial.